



REQUERIMENTO N º ,DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Solicita informações à Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, acerca das falhas nos sistemas de controle e supervisão orçamentária que permitiram a ocorrência de descontos indevidos em benefícios previdenciários pagos pelo INSS, bem como sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos aposentados lesados.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações à Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para prestar esclarecimentos acerca das falhas nos sistemas de controle e supervisão orçamentária que permitiram a ocorrência de descontos indevidos em benefícios previdenciários pagos pelo INSS, bem como sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos aposentados lesados.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Qual a origem orçamentária dos recursos utilizados no processo de devolução dos valores indevidamente descontados dos aposentados e pensionistas? Houve suplementação,*





remanejamento ou abertura de crédito extraordinário?

- Quais órgãos e autoridades participaram da formulação e autorização dos convênios com as entidades envolvidas nas fraudes?*
- O Ministério do Planejamento foi alertado, em algum momento, por órgãos de controle, auditoria interna ou externos, quanto à possibilidade de irregularidades no sistema de descontos?*
- Qual a cadeia de comando e o fluxo de informações entre o Ministério do Planejamento, o INSS e a Dataprev na execução e validação dos descontos? Houve falhas de supervisão?*
- A quem competia, no âmbito do Ministério, fiscalizar a legalidade e regularidade dos repasses orçamentários vinculados aos convênios agora considerados suspeitos?*
- Quais foram os critérios adotados para selecionar os beneficiários que terão direito à devolução? Como está sendo garantida a ampla informação e o acesso dos segurados ao procedimento?*
- Qual a data-base considerada pelo Ministério para aferir o início dos descontos irregulares? Por que os mecanismos de controle interno não identificaram essas irregularidades antes?*
- Quais providências estruturantes estão sendo adotadas pelo Ministério para evitar a repetição desse tipo de falha, como suspensão de convênios, reformulação de sistemas ou novas regras de validação?*
- Quais foram as articulações e atribuições, até o momento, dos seguintes órgãos em relação ao caso: AGU, TCU, INSS, Ministério da Previdência, Casa Civil e Polícia Federal?*
- Existe previsão exata para o encerramento do processo de devolução e a integral compensação dos segurados prejudicados?*



**JUSTIFICATIVA**

Este requerimento visa garantir o recebimento de informações da Senhora Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, para prestar esclarecimentos acerca das falhas nos sistemas de controle e supervisão orçamentária que permitiram a ocorrência de descontos indevidos em benefícios previdenciários pagos pelo INSS, bem como sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos aposentados lesados.

Isto porque, conforme noticiado¹, o escândalo envolvendo descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS expôs falhas gravíssimas na estrutura de governança, controle e fiscalização do sistema previdenciário brasileiro. O governo federal deu início nesta semana ao processo de devolução dos valores descontados de forma fraudulenta por entidades privadas — sobretudo associações e sindicatos — que, sem autorização dos beneficiários, firmaram convênios com o INSS e passaram a realizar descontos sistemáticos diretamente na folha de pagamento dos segurados.

A fraude é investigada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União no âmbito da Operação Sem Desconto. Estima-se que aproximadamente 9 milhões de beneficiários tenham sido afetados desde março de 2020, com prejuízo potencial de até R\$ 5,9 bilhões, podendo ultrapassar R\$ 8 bilhões caso se confirmem todos os casos suspeitos. O então presidente do INSS foi afastado, e diversos dirigentes estão sob investigação. O governo já solicitou o bloqueio de bens e a quebra de sigilo de 12 entidades envolvidas, relacionadas a um montante de R\$ 2,56 bilhões.

A responsabilidade administrativa pela gestão e supervisão orçamentária dos recursos do INSS é compartilhada com o Ministério do Planejamento e Orçamento, comandado pela Ministra Simone Tebet. Cabe, portanto, à ministra explicar por que os mecanismos de

¹ <https://www.itatiaia.com.br/brasil/2025/05/12/inss-comeca-a-devolver-descontos-indevidos-a-aposentados-veja-datas-valores-e-como-receber>





controle interno falharam de maneira tão flagrante, quais medidas corretivas estão sendo implementadas para resguardar a integridade dos pagamentos e como se dará a responsabilização dos envolvidos.

Destaca-se que, apesar da gravidade dos fatos, o governo federal anunciou cronograma de devolução de valores baseado em notificações pelo aplicativo Meu INSS, sem previsão exata de pagamento da maioria dos casos. A complexidade do procedimento ainda impõe aos beneficiários a necessidade de se manifestar expressamente sobre o reconhecimento ou não dos descontos, o que pode excluir vítimas desavisadas ou com baixa alfabetização digital.

O calendário oficial inclui:

- *13 de maio: início das notificações no Meu INSS;*
- *14 de maio: envio de detalhes sobre os descontos e associação envolvida;*
- *Até 30 dias úteis após a resposta do segurado: devolução dos valores caso a entidade não comprove autorização;*
- *26 de maio a 6 de junho: depósito de R\$ 292,7 milhões retidos da folha de abril.*

Tal cenário exige esclarecimentos públicos urgentes sobre a atuação do Ministério do Planejamento na apuração das falhas, no controle da execução orçamentária e nas diretrizes de compensação aos prejudicados.

Em respeito à população aposentada e em cumprimento ao dever constitucional de fiscalização desta Casa Legislativa, torna-se imprescindível a o recebimento de informações por parte da Ministra Simone Tebet para que preste os devidos esclarecimentos à Câmara dos Deputados.

Sala da Sessão, em de de 2025.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

